

O PAPEL DOS MEIOS E DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO E INCLUSÃO SOCIAL

Adja Ferreira de Andrade (UFRN)
Maria das Graças Pinto Coelho (UFRN)

GT – 12 Educação e Políticas de Inclusão Social

I- Introdução

A sociedade contemporânea muda seu modelo de organização baseado na lógica da distribuição para a lógica da produção e circulação de bens simbólicos. Transforma-se a tríade: emissor-mensagem-receptor. Cria-se um novo modelo de organização social influenciado pelas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) cuja matéria prima é a informação. Paradoxalmente, tanto a produção como o acesso e veiculação dependem de novas habilidades e competências do sujeito. No centro desta reflexão está a pedagogia crítica da mídia, onde as duas áreas de conhecimento – educação e comunicação – se fundem em uma mesma episteme.

Na cultura da informação também se observa uma forma de capitalismo rígido, a disputa pelo domínio tecnológico e pelas TICs. A exclusão do acesso coloca o sujeito fora do espaço econômico e social comprometendo sua inserção profissional e seu convívio na sociedade, isto leva a uma forma de segregação, isolamento, cerceada do acesso e comunicação com o mundo. Daí pode surgir um importante papel para as TICs como instrumentos de inclusão e justiça social levando a uma democratização dos processos sociais.

Na sociedade da informação surgem novas formas de economia: as trocas de informação, o tráfego imaterial. O capital passa a ser a informação e a capacidade de interação. Criam-se novas referências espaciais, temporais e informacionais; uma noção de tempo, espaço diferenciada e como consequência negativa pode levar a uma população digitalmente excluída.

Segundo Ferrés (1996), a sociedade da informação é marcada pela saturação da informação que leva a desinformação. O mar de informações leva a uma poluição informativa. Sensação de poder ver tudo, tudo é controlado, não é preciso agir. Segundo Moran (2000) – “*quanto mais mergulhamos na SI mais rápidas são as demandas por respostas instantâneas, como consequência negativa isto pode levar ao não aprofundamento dos resultados, uma falta de análise das significações*”.

Neste cenário, a Educação passa por um processo de ruptura com os elos da formação integral do sujeito e os meios são encarados apenas como instrumento de um saber transtornado. Alguns valores universais que regem a educação hoje são descartados. Pouca ou nenhuma atenção se dá na concepção dos projetos a alguns dos pilares básicos propostos por educadores de todas as matizes a partir dos anos 90: “*aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser e; aprender a viver junto*”. Estes são valores que suportam as narrativas contemporâneas sobre o despertar da consciência crítica, a formação para o exercício da cidadania identitária e a compreensão sobre o novo mundo do trabalho, entre outros, que estão timidamente pautados nos projetos que introduzem a mídia na educação.

Poucos professores e alunos parecem se dar conta que o uso inconsiderado destes instrumentos deseduca. Os meios, quando não estão acompanhados de ferramentas críticas básicas, editam o mundo dentro de uma lógica de valores que dignificam apenas o fundamentalismo de mercado. A plasticidade social é alçada a principal atributo. O uso indiscriminado das tecnologias na educação também pode reproduzir um processo de significação que alimenta práticas ideológicas e relações de poder assimétricas. Nenhuma engenharia educativa pode substituir a relação professor-aluno, ou mais ainda: as tecnologias não estão aptas a realizar atividades de consciência.

Este artigo ressalta o papel das tecnologias como forma de emancipação do sujeito e inclusão social e seu potencial para desenvolver processos construtivos de aprendizagem. O processo de inserção da tecnologia na Educação trouxe uma necessidade de ressignificação dos meios, além de uma reavaliação dos papéis do professor e do aluno e a adoção de novas posturas metodológicas. No decorrer do artigo são descritas ainda, algumas dos principais programas e políticas públicas do Brasil, envolvendo tecnologias educacionais. Tais políticas foram marcadas por acertos e desacertos e uma fraca articulação do binômio *informática e educação*. Examinar tais dificuldades pode ser uma forma de replanejar o processo de *educar com a tecnologia*.

II - Fundamento e Significação

O recorte escolhido desta reflexão sobre o papel dos meios e das tecnologias diz respeito à reconstituição dos campos da comunicação e da educação, enquanto instituição social, as imbricações dos saberes em ambos os sistemas culturais se destacam no caminho percorrido entre as naturezas da informação e do conhecimento. Paradoxalmente, a este pressuposto, a junção da cognição com a informação se apresenta como o grande desafio para as pesquisas sobre mídia e educação.

Por isso, na aferição dos dois campos um novo espaço teórico foi esboçado para permitir a formação de sujeitos aptos a refletir seus papéis na sociedade contemporânea. A exploração do uso dos meios na educação não se limitou a reafirmar a já conhecida dicotomia inerente ao aporte que coloca a semiformação em oposição à formação e foi mais além. Esta tarefa de integrar as duas rubricas exigiu o reconhecimento dos meios de comunicação como articuladores de saber, atuando em harmonia com outras agências de socialização como a escola e a família.

A partir desse pressuposto foi também pensada uma outra ressignificação para os meios. Surge um sujeito do qual estão sendo exigidas novas habilidades cognitivas e competências sociais, que brota da expansão e sofisticação dos meios de comunicação na atualidade.

Para o reconhecimento desse novo sujeito foi arrolada a hipótese de reestruturação dos sentidos sociais e a ampliação de sua capacidade de pensar criticamente a realidade. É necessário ressaltar, ainda, que existem novos valores ligando as bases econômicas e sociais e os sistemas culturais na atmosfera presente no processo de globalização. A este novo sujeito é imposta a capacidade de conseguir selecionar, criticamente, as informações disponíveis nas redes de comunicação e informação em grau cada vez maior.

Embora ainda sejam poucas as atenções que a escola está dando ao campo midiático, o grande desafio da atualidade é a transcodificação do mundo em que vivemos, uma vez que as nossas

estimulações mentais estão dominadas pela presença da mídia. Trata-se de um mundo previamente editado pelos meios de comunicação e informação.

São os meios que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serem pautados para discussão e mais que isso, a maneira a partir da qual vamos compreender estes temas. Eles se constituem em educadores privilegiados, dividindo as funções antes destinadas à escola. E devido à amplitude que conquistaram na sociedade contemporânea levam bastante vantagem no quesito cognição.

Os meios, interagindo socialmente, formam e fundamentam a edição de mundo que lhes convém, quase sempre voltada para o fundamentalismo de mercado, presente nas doutrinas neoliberais que regem o capitalismo transnacional de bens e serviços. Por sua vez, os meios também reproduzem as representações e as formas simbólicas pelas quais a sociedade se rege.

São estas formas simbólicas que se transformam em bens simbólicos no processo de circulação. A circulação acontece em contextos específicos e de acordo com as características da formação socioeconômica do espaço onde estão circulando reproduzem diferentes representações sociais da realidade. É na observação do *locus* de produção e circulação dos bens simbólicos que é possível se discernir em que direção as formas simbólicas estão sendo usados: se na manutenção do *status quo*, servindo apenas à perpetuação do poder, ou se na sua modificação, buscando a transformação das relações de poder na esfera social.

Aliás, as formas simbólicas são próprias do ser humano desde os desenhos rupestres, até as formas mais atuais como: narrativas e discursos midiáticos, softwares multimídia, a Internet, a fotografia, entre outros, assim como a linguagem, já são exemplos delas. O que caracteriza a contemporaneidade não é, portanto, a circulação dos bens simbólicos, mas a presença dos meios tecnológicos mediando e expandindo estas formas de uma maneira que muitas vezes nem fazem sentido porque estão presas na sua própria circularidade, mesmo que expressem valores cada vez mais dominantes.

Dessa maneira as formas simbólicas são produzidas socialmente, através das redes de comunicação, e se constituem em significados ideológicos. São relações de dominação que se estabelecem a partir da construção de significados que quase sempre servem para estabelecer e sustentar relações de poder. Thompson (1995), fala no sentido a serviço do poder. Conseqüentemente, o estudo da ideologia exige a investigação das maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas desde os textos mais complexos às relações do cotidiano mais simples.

Nessa perspectiva, a análise da midioesfera articula vários outros saberes, entre eles a ressignificação de um conjunto de relações que se estabelecem no imaginário cultural de um determinado grupo social, ou de uma cultura.

A análise tenta ir mais além porque procura observar a edição do mundo realizada pelos meios, a mesma que já está presente na vida de alunos, professores e cidadãos. Faz-se necessário respeitar a complexidade deste tema, incluindo discussões sobre mediações, criticidade, informação e conhecimento, circulação das formas simbólicas, ressignificação da escola, recepção, entre outros.

III- O Ciberespaço como uma Alternativa de Inclusão Social

O ciberespaço é uma mídia que se apresenta como um sistema de *mediação* e *mediatização*. É um espaço de difusão, de consulta, de comunicação e de aprendizagem e inclusão social. Há diversos efeitos da mídia na transposição didática, nos quais os meios são persistentes modelos de cognição, interpretação, representação, de seleção, ênfase e exclusão, em cuja simbologia se organizam rotineiramente discursos verbais e visuais, comprometidos com a manutenção do status social dominante (Alava, 2002).

Há visões positivistas e negativas do poder que emerge a partir da utilização e dominação dos meios. As novas mídias não são a condição para uma melhor comunicação humana ou social. É preciso humanizar a comunicação. Já foi ressaltado, o fato de que a interconexão reforça o poder dos centros intelectuais, econômicos e políticos estabelecidos. O tipo de poder favorecido pelo ciberespaço é diferente do poder burocrático e hierárquico do qual estamos acostumados a ser vítimas em nossa sociedade. O poder aqui está relacionado à capacidade do sujeito de inferir sentido às formas simbólicas que estão circulando no ciberespaço (Alava, 2002). Do contrário, o sujeito não se emancipa e se subordina a manipulação simbólica dos que detêm o poder na mídia.

Vive-se o paradoxo dos sistemas de comunicação. Cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos. Nesta visão, defende-se que o fato de ter acesso a rede não significa repartição mais equitativa das riquezas técnicas e humanas. Portanto, não basta um progresso técnico para desencadear um progresso do ponto de vista da comunicação. Ainda nesta relação de desigualdade, é preciso destacar que mesmo tendo acesso a rede, a seleção de informações e a segmentação de conteúdos ainda é muito marcada pelo dinheiro e pelo nível cultural, o que continua levando a uma forma de exclusão e desigualdade.

No entanto outro fenômeno é constatado: muda o controle do espaço público de comunicação. O que antes era controlado através de intermediários institucionais, pela filtragem de difusão e autores; hoje surge uma desintermediação, uma maior liberdade de criação de produção, de veiculação. Mas, Lévy (1999) alerta que o modelo em rede no qual é construído o ciberespaço tem a tendência de reforçar ainda mais os centros atuais de potências científica, militar e financeira. Dessa forma o ciberespaço corre o risco de tornar ainda mais uma fonte de exclusão e dominação. Uma vez que o acesso exige infra-estrutura e competências técnica. No entanto, as perspectivas demonstram o contrário, o acesso tem aumentado exponencialmente e cada vez tem se tornado mais fácil e mais barato se conectar.

Segundo Castells (1999), vive-se hoje numa sociedade em rede de estruturas abertas, capazes de expandir de forma ilimitada, mas é preciso preparar estes sujeitos para a mídia e com a mídia, construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço (Paloff &, Pratt, 2002) que privilegiem a interatividade e a economia coletiva, onde os sujeitos se tornem indivíduos reflexivos e críticos e não meros receptores passivos ou dominados pela tecnologia.

IV- A Pedagogia da Mídia

Como integrar as TICs e os meios de comunicação na Educação este é o grande desafio do século XXI (Martins e Silva, 2000). Sair do tecnicismo, do instrumental, do deslumbramento ingênuo, da visão apocalíptica e investir na formação de professores e na reflexão crítica dos sujeitos, enquanto cidadãos que atuam no processo de comunicação e podem servir destes meios como forma de emancipação.

O cerne da pesquisa é refletir sobre o papel pedagógico da mídia e das tecnologias (Lévy, 1993) na Educação. De que modo a mídia participa da constituição dos sujeitos e subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, saberes que se dirigem de alguma forma à Educação. É preciso investigar os efeitos positivos e negativos que as mensagens podem ocasionar aos sujeitos. Isto envolve a necessidade de alertar a respeito das formas de controle social sobre os meios, a leitura crítica da mídia, discutir as múltiplas linguagens, a construção do imaginário (Silva, 2003), das emoções e sentimentos que suscitam nos sujeitos. Na verdade a pedagogia da mídia se refere a educação do olhar, do agir, e do mediar. Da necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico de inserção dos meios na Educação, visando desenvolver o senso estético, ético e sócio-político dos sujeitos.

Pesquisas sobre docência tecnologia e mídia televisiva reafirmam que a mídia tem sido responsabilizada mais pela (des) educação do que pelas possibilidades de formação educacional. É preciso ensinar a ver e a ler a mídia e que este ato educativo exige uma intencionalidade pedagógica por parte do educador. Uma proposta metodológica de ação pedagógica que defenda uma reflexão sobre *o que fazemos, como fazemos, por que fazemos, para que e para quem fazemos*.

As mídias desenvolvem formas multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional. Permite a integração de diversas linguagens e mensagens: conceitual, falada, escrita. Possui uma narrativa fluida, uma lógica pouco delimitada, mais intuitiva. Por exemplo, a narrativa televisiva é formada por uma contigüidade à justaposição pela associação por semelhança ou contraste, onde a seqüência de cenas gera novas relações e conseqüentemente novos significados.

Mais ainda, a TV e o vídeo, segundo Moran (2000), podem ser usado para diversos fins na escola: motivar uma aula, ilustrar através de exemplos, simulação de algum fenômeno do mundo real, apresentação de caráter histórico, relacionar com o cotidiano, videodramatização, comparação com alguma outra mídia e a produção de vídeo. Há diversas formas de análise da TV e do vídeo: análise da estética, análise das múltiplas linguagens, análise do conteúdo (sexo, violência, agressividade), análise ética, análise da temática, análise focada, relação entre mídias (ex: livro-filme).

Como defende Pretto (1996), Nosso objetivo enquanto educador é fazer uma maior aproximação da Educação e a Comunicação. Dar importância tanto à produção quanto a recepção das mensagens audiovisuais, incentivar a democratização da informação, redefinir políticas de comunicação educacional; formação humana crítica diante dos meios de comunicação. Segundo ele, as novas TICS estão invadindo as escolas por pressões da indústria e do mercado, faltam projetos de incorporação crítica e pedagógica destas tecnologias.

É preciso investir no processo de recepção crítica de mensagens por parte do aluno. Preocupar-se com fatores éticos, psicológicos e didáticos. Mudar o foco da produção para a recepção, exercer uma confrontação com a obra. Desenvolver o estudo da arte em suas duas frentes: a informação semântica culturalmente traduzida, transmitida, codificada e a estética – portadora de uma simbologia singular. O aluno deve estar preparado para uma análise de ambas concepções.

É preciso entender o processo comunicacional como uma área de estudo interdisciplinar, envolvendo a semiótica, a sintaxe, a semântica e pragmática e a teoria social. É urgente

educar para a imagem, ou seja, tornar o aluno livre, crítico e sensível, capaz de ler a imagem, reconhecer a narrativa o pensamento direto e indireto do autor.

Fisher (2001) levanta uma série de questões que dizem respeito a o trabalho pedagógico com as mídias: discutir as temáticas, a estrutura de organização, o valor histórico-social, o Impacto conteúdo, estético, ético, psicológico, comparação de programas, formas de controle, estereótipos, desenvolvimento da criatividade, uso das múltiplas linguagens, estudo da narrativa televisiva, produção de documentários e programas, análise das emoções dos espectadores, debate sobre a exposição da privacidade, a questão do público e do privado, da cultura-sociedade e individualidade, debate a respeito das formas de controle, debate sobre com a TV tratam as minorias, o efeitos psíquicos negativos e positivos que a TV pode gerar, discutir os planos e efeitos- elementos técnicos utilizados.

No trabalho de Ferrés (1995), o autor levanta à tona a questão das mensagens que são transmitidas de forma inconsciente ao espectador. Ao defender que a experiência televisiva esta confeccionada pelos padrões culturais e emotivos do receptor. Fala da sedução da TV: sedução das estrelas, sedução do mal, sedução do relato. Uso de estereótipos (beleza física, status, sexo e idade). O papel do educador é neutralizar os estereótipos mediante uma análise lúcida da realidade em contraposição ao que é ficção. Segundo ele, a mídia pode ser um instrumento libertador quando permitir que racionalidade e emotividade interajam de maneira lúcida. O papel da escola é justamente propiciar modelos de interpretação e a análise da cultura audiovisual. Em outro trabalho, Ferrés (1996, 1998) defende que uma abordagem critica da mídia deve partir de um método de investigação interativo: receptor (emoções, sentimentos, valores) e do emissor (ideologia, interesses, etc.). É preciso educar para a mídia. A mídia só se torna nociva quando não se está preparada para recebê-la.

V- As Novas Competências e Habilidades do Professor e do Aluno

Tanto o perfil, como a postura do aluno e do professor se modifica efetivamente com o aparecimento das novas tecnologias. Os impactos das tecnologias no processo de aprendizagem está na sua utilização pedagógicas das diversas mídias; na possibilidade de testar representações mentais dos alunos; na capacidade de fazer associações hipertextuais; na exploração multisensorial, na capacidade de explorar as múltiplas linguagens; na rapidez da comunicação e das trocas; na capacidade de interação, influenciando nossas capacidades cognitivas (memória, representação mental, percepção, etc.).

O perfil do aluno pode variar, desde o colaborativo até o mais individualista, passando pelo omissivo, o tímido, o opositor e o centralizador. Segundo Moran (2000), o papel do professor agora é o de mediação pedagógica, intelectual, comunicacional, ética, estética e emocional. O professor torna-se um orientador atento da aprendizagem e são exigidas novas, competências e habilidades, ênfases aos aspectos informativos, mas acima de tudo formativos. Ele auxilia os alunos a modificarem sua postura de expectadores em aprendizes críticos e reflexivos. Sua responsabilidade social é aumentada, uma vez que necessita propor e gerenciar problemas.

O professor se transforma em um arquiteto de situações pedagógicas interativas e motivadoras ao aluno, assume o papel de gestor da aprendizagem, aprendendo conjuntamente com o aluno, reavaliando sua prática e seu cotidiano, mudando sua forma de ensinar e de aprender. Torna-se um pesquisador em serviço, na medida que o conhecimento e a informação se multiplicam. Incentiva a aprendizagem colaborativa, a cooperação, a autonomia. Transforma a sala em uma ambiente de pesquisa. Ele diagnostica dificuldades e utiliza a própria tecnologia como suporte

ou apoio em tais deficiências. Demonstra sensibilidade e afetividade, buscando explorar as múltiplas linguagens e os múltiplos estímulos sensoriais. Ele sabe avaliar o processo e não apenas o resultado. Ele faz a interação entre as múltiplas áreas, constrói uma rede e não uma rota para o aluno.

No contexto das políticas públicas de uso e disseminação da TICs no Brasil observa-se a necessidade de reformular as novas competências e habilidades do professor, repensar o papel do aluno e da escola. Tais políticas foram implementadas através de programas de formação de professores e de projetos de educação a distância no país. Alguns dos principais projetos e políticas serão mencionados a seguir.

VI- Os Programas e Projetos Governamentais Envolvendo Tecnologias Educacionais no Brasil

As primeiras políticas públicas na área de TICs surgiram na década de 80. No início, o objetivo era ensinar o aluno a programar, depois se investiu na informática educacional genérica e na formação genérica de professores multiplicadores. Neste caminho criou-se uma inovação conservadora, na verdade utilizavam os computadores com técnicas tradicionais de ensino.

Um dos primeiros programas governamentais foi o chamado projeto **EDUCOM** –início em 1984, financiado pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura do Brasil) em parceria com algumas universidades do Brasil. Inicialmente implantaram cursos de sensibilização, extensão e especialização com objetivos de pesquisa e formação na área de informática educativa para professores do 1, 2 e 3 grau. Em seguida, voltou-se para o desenvolvimento de softwares educativos, informática para educação especial e uso da metodologia/filosofia LOGO.

Uma outra política pública envolvendo as TICs e formação de professores foi o projeto **FORMAR**, criado em 1987. O objetivo era formação de professores para implantar os centros de informática na Educação. Há críticas que o modelo foi muito voltado ao ensino da informática, e que o deslocamento dos professores para a realização do curso, interrompia sua prática de ensino e não permitia absorver as práticas e teorias discutidas. Há ainda uma abordagem de construção contextualizada do conhecimento. Nesta proposta, o curso é oferecido na escola onde o professor trabalha, uma abordagem contextualizada e voltada para a realidade do professor. Pesquisas demonstraram que o **modelo contextualizado** na escola é o mais adequado e que traz resultados mais imediatos.

Da mesma forma, o programa **TV Escola** foi criado pelo governo, em 1996, com o objetivo de sanar a má formação dos professores do magistério. O projeto não atingiu os objetivos esperados, devido a problemas de gestão da escola, dos equipamentos e do processo de implantação. Iniciativas atuais do MEC/SEED tem revertido tais problemas.

Um outro programa na área de TICs e educação a distância foi o **PROINFO- Programa Nacional de Informática na Educação** promovido em 1997 pela SEED- Secretaria de Educação a Distância. O programa visa implantar núcleos de tecnologia educacional nos estados em parcerias com o governo. Dentre os objetivos visa disseminar o uso de tecnologias no sistema público de ensino e a capacitação de multiplicadores através de cursos de especialização.

Uma política do Governo que tem sido prioridade é a **Inclusão Digital como forma de Inclusão Social**. Iniciativas têm sido pioneiras em comunidades rurais do Brasil. Em julho de 2004, iniciou-se no interior do Ceará, o funcionamento do primeiro Centro Rural de Inclusão Digital (CRID) instalado em um assentamento, com parcerias do INCRA e Banco do Nordeste. A Iniciativa foi do Laboratório Multimeios/Pós-Graduação em Ciências Humanas e Exatas da UFC – Universidade Federal do Ceará. O projeto engloba vários gestores de aprendizagem, com o propósito de mobilizar a comunidade para se adaptar à cultura digital. O objetivo do projeto é a utilização das tecnologias da informação e comunicação para crescimento profissional e pessoal e a criação de uma grande rede de aprendizagem. A iniciativa tem se estendida a outros estados e atualmente o Departamento de Educação da UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte conjuntamente com a UFC tem planejado a adaptação do projeto para assentamentos do Rio Grande do Norte.

Desta breve análise pode-se perceber que as políticas públicas envolvendo tecnologia educacional no Brasil embora promissoras, foram marcadas por acertos e desacertos. Inicialmente, pode-se observar que alguns projetos foram mais políticos que educacionais, projetos no qual a teoria e a prática estiveram distantes da realidade da escola, do professor e do aluno; há ainda insuficiência das teorias da avaliação nas práticas de EAD, laboratórios como centros isolados, dificuldades encontradas na capacitação dos professores, projetos com currículos inadequados e com ênfase quase sempre na tecnologia, além da tradicional resistência a tecnologia por alguns educadores. A possível causa destas dificuldades pode estar na falta de articulação do binômio *informática e educação* e na necessidade de planejar e executar políticas públicas de inserção do sujeito na escola e na sociedade.

VII- Considerações Finais

Todo o processo de produção, veiculação, consumo de imagens e informação, publicidade e entretenimento fazem parte do processo de significação e sentido e conseqüentemente, do modo de ser e pensar humano que vai influenciar direta ou indiretamente na identidade individual e cultural dos sujeitos. Deste fato, não se pode contestar que há um papel, quer seja bom ou ruim, desempenhado pelos meios na formação dos sujeitos. Os sujeitos tendem a interiorizar as realidades vistas nos meios associados com uma carga emocional de signo positivo ou negativo. Chega-se o momento, em que se faz necessário observar este processo de significação dentro do processo educacional. Sinalizar caminhos constitutivos que levam ao reconhecimento da sedução dos meios, para que seu uso possa ser criticado, não mascarando valores e adormecendo o pensamento reflexivo e crítico.

É um dos papéis dos Educadores enxergar as estratégias de sedução dos meios e preparar os sujeitos para as mensagens subliminares que os meios veiculam consciente ou inconscientemente. Levar o aluno a uma análise mais complexa e lúcida, uma reflexão entre a realidade da sociedade e a “ficção” dos meios e aprender a raciocinar a partir das emoções. Desta forma, se o entendimento da presença dos meios na Educação for ressignificado eles passaram a ser usados como fundamento- visão de mundo e não apenas como meros recursos e instrumentos didáticos.

O desafio está em integrar as TICs na Educação investindo no uso pedagógico- reflexivo e na formação de professores. É preciso ter coerência entre a teoria e a prática dos professores. O que se prega de interdisciplinaridade, de transversalidade, de interação, de mediação como papéis do professor, na prática se vê reproduzir as velhas práticas, métodos e sistemas. É

preciso cuidado para que a Tecnologia Educacional não caia numa perspectiva funcionalista e mecanicista sem preservar seu potencial que é a ampliação do coeficiente comunicativo e pedagógico, a emancipação do sujeito, o desenvolvimento de seu potencial criativo e cooperativo.

Referências

- ALAVA, Séraphin. Ciberespaço e Formações Abertas. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ALVES, Lyn. Educação a Distância. São Paulo: Futura, 2003.
- BARRETO, Raquel Goulart et al. Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: Avaliando Políticas e Práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERRÉS, Joan. Televisão Subliminar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FERRÉS, Joan. Televisão e Educação. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- FERRÉS, Joan. Vídeo e Educação. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Televisão e Educação: fruir e pensar na TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.
- LÉVY, Pierre. O que é o Virtual. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.
- LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1993.
- MORAES, Maria Cândida. Educação a Distância: Fundamentos e Práticas. Campinas: NIED, 2002.
- MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação pedagógica. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARTINS, Francisco Menezes Martins; SILVA, Juremir Machado. Para Navegar no Século 21. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- PALOFF, Rena M.; PRATT, Keith. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço. Porto Alegre: Artmed, 2002
- PRETTO, Nelson. Uma Escola Com/Sem Futuro. Campinas: Papyrus, 1996.
- SILVA, Juremir Machado. As Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre: Sulinas, 2003.
- THOMPSON, J.B. Ideologia e Cultura Moderna – Teoria Social Crítica na era dos Meios de Comunicação de Massa. RJ: Vozes, 1995.